



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 45ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissões

4 – TRANSCRIÇÃO

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/11/2015

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Ulysses Gomes e João Magalhães

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Leitura de Comunicações – 2ª Fase: Questões de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.005/2015; discursos dos deputados Felipe Attiê e Vanderlei Miranda; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição; Questão de Ordem; Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado João Magalhães) – Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Nos termos do edital de convocação, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa, tendo em vista o caráter emergencial da finalidade para a qual foi constituída a Comissão Extraordinária das Barragens, acorda sejam conferidas à referida comissão as competências dispostas no inciso III do art. 103, nos incisos V, VII, VIII, IX e XIX do art. 100 do Regimento Interno, bem como a competência para requerer informações a autoridades municipais e federais e a entidades privadas, nos termos do inciso XX do art. 233 do mencionado Diploma Procedimental.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2015.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 19 de novembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela deputada Celise Laviola – informando sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Segurança Pública (Ciente. Publique-se.); e pelo deputado Rogério Correia – indicando o deputado João Alberto para membro efetivo da Comissão de Segurança Pública na vaga da deputada Celise Laviola (Ciente. Designo. Às Comissões.).

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O deputado Carlos Pimenta – Sr. Presidente, até que possamos recompor o quórum necessário para votação, gostaria de, em meu nome e em nome deste Parlamento, lamentar a decisão ontem da Câmara Federal de manter o veto da senhora presidente do Brasil em um projeto de lei que foi aprovado no Congresso, que previa o aumento salarial dos aposentados do País baseado no índice de aumento do salário mínimo. Sabemos que o salário mínimo brasileiro é muito baixo, e os índices que o recompõem obedecem basicamente à inflação que acontece no ano. A Câmara Federal, em bom momento – em péssimo momento também, mas no bom momento da Câmara –, apresentou uma emenda prevendo que o reajuste dos



salários, dos proventos dos aposentados pelo INSS, acompanharia também o aumento do salário mínimo em todos os anos. Foi uma euforia muito grande. Pelo menos as pessoas aposentadas, meu caro João Magalhães, teriam a oportunidade de não terem seus salários, que já são baixos, tão defasados durante o ano. O salário é muito pouco. Criou-se uma corrente, participamos de vários debates. Aliás, a Assembleia tem sempre participado com a criação de uma Comissão Extraordinária do Idoso, apresentando projetos que os beneficiam. E, pela primeira vez, o idoso poderia ter a certeza de que o seu pequeno salário, o seu pequeno provento não seria tão defasado durante o ano. Ontem o Congresso Nacional, lamentavelmente, manteve o veto da presidenta, baseado nas questões financeiras do País e nos orçamentos, que estão defasados. Trago o meu lamento porque acho que todos nós que detemos qualquer cargo público, qualquer mandato eletivo, muitas vezes nos preocupamos com o meio ambiente, nos preocupamos com as questões financeiras do município, do Estado e da União, nos preocupamos com as questões de saúde. Ontem tivemos uma belíssima reunião, comandada pelo nosso colega deputado Antônio Jorge, para debater as questões dos consórcios intermunicipais. Nesta semana, a Comissão de Saúde se reuniu quatro vezes. Estamos realmente preocupados. Vemos o esforço das prefeituras, estamos sempre à frente. Nas questões de Mariana a gente viu a mobilização da Casa; enfim, a Assembleia se preocupa com todos esses itens, com todos esses fatores e também com os aposentados. Ontem foi uma punhalada nas costas dessa categoria que ajudou a construir a nossa nação, das pessoas que muitas vezes, depois de 35, 40 anos de serviço, quando precisam se aposentar, quando querem ter uma vida melhor, pelo menos mais digna – e estamos vendo a inflação bater na casa dos 10% –, não terão nem a correção da inflação, a partir de ontem, depois dessa decisão lamentável do Congresso Nacional quanto ao reajuste dos seus proventos, dos seus salários. Quero deixar a minha fala de forma veemente, firme e triste, em nome da grande maioria dos deputados desta Casa, dos milhões de aposentados que há por aí, por esse golpe duríssimo que não permitirá que tenham pelo menos a possibilidade de seus vencimentos serem reajustados da mesma forma que o salário mínimo. Peço a V. Exa. que registre a nossa fala e, se possível, a coloque nos anais desta Casa, deixando claro que a Assembleia de Minas não concorda, de forma alguma, com a decisão do Congresso Nacional de manter esse veto trágico. Disseram que precisavam fazer isso para equilibrar as contas. Que equilibrem as contas da Nação, do Brasil, de outra forma, e não em cima dos salários dos nossos aposentados.

O deputado Antônio Jorge – Quero fazer um brevíssimo comentário sobre a nossa decepção com essa matéria aprovada na noite de ontem no Congresso Nacional, a despeito da situação, quase como uma sinuca de bico em que se encontram as contas públicas. É lamentável que, diante da dificuldade, que é notória, ao abrir a caixa de ferramentas, encontrem lá, primeiro, os idosos. É lógico que estamos tendo aumentos do salário mínimo acima da inflação, mas poderia haver algum dispositivo que garantisse uma recomposição, pelo menos do INPC ou da inflação, ainda que desatrelada do salário mínimo. A forma como isso foi aprovado deixa os aposentados de todo o País muito inseguros. De outro modo, temos de festejar que a oposição comece a entender que não adianta votar contra o PT, é preciso votar a favor do País. Muito me tem decepcionado a posição de segmentos da oposição quando votam contra o fator previdenciário, quando votam a favor de aumentos do Judiciário que impactariam a folha em quase R\$60.000.000.000,00. Felizmente começa a haver um novo posicionamento, porque é preciso responsabilidade para ser oposição naquilo que é crítico. O País precisa se posicionar em relação aos processos morais, à questão da corrupção, à questão do *impeachment* da presidenta Dilma, mas é preciso, acima de tudo, ter serenidade e ciência de que a oposição tem de ter um compromisso com o Brasil. Felizmente, algumas das pautas-bomba viraram a página de forma a preservar o campo e a arena da política, mas é importante também preservar o bom senso para que o que for aprovado hoje e que traga prejuízo para a gestão imediata não traga prejuízo para a gestão no médio prazo e para a sociedade. Por fim, queremos festejar a queda de um veto, que a presidente Dilma nem com sua base conseguiu manter: a impressão do voto. Essa é uma demanda da sociedade e vai dar maior segurança e legitimidade ao processo eleitoral. Existe o impacto financeiro, mas ele pode ser absorvido ao longo dos anos, portanto considero esse um avanço no nosso sistema eleitoral, principalmente após a última eleição presidencial, em que pairaram tantas dúvidas no ar. Enfim, precisamos realmente acompanhar o cenário nacional, sempre com muita atenção aqui nesta Casa. A votação da oposição tem que objetivar principalmente a sociedade e a perspectiva de superação dessa crise.



O deputado Isauro Calais – Sr. presidente, ontem a Assembleia Legislativa teve a experiência da primeira reunião da Comissão Extraordinária do Idoso. Entre os requerimentos, foi protocolado um para discutir a situação dos aposentados e pensionistas do Estado de Minas Gerais. O que aconteceu ontem no Congresso Nacional é de indignar. Deputado Inácio Franco, o idoso já sofre discriminação em todos os momentos de sua vida, em todos os segmentos da sociedade: em casa, no poder público, nas ruas; ele sofre com a falta de acessibilidade, de atendimento à saúde, de segurança. Aí, vem o Congresso Nacional e também dá a demonstração de que o idoso tem que ser encostado em algum canto, sem o devido respeito. Então, em nome da Comissão Extraordinária do Idoso desta Casa, queremos repudiar a decisão do Congresso Nacional de desvincular a aposentadoria e a pensão do salário mínimo. Esse é um desrespeito com quem trabalhou pelo Brasil, pelos estados e pelos municípios. Em nome da comissão, manifestamos nossa indignação quanto ao desrespeito do Congresso para com aqueles que fizeram a história dos municípios, dos estados e do País. Queremos que conste na ata a nossa fala, porque o governo tem como cortar os gastos sem tirar da aposentadoria e da pensão dos trabalhadores do Brasil.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente (deputado Adalcleber Lopes) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.005/2015, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, deputados presentes, estamos aqui para votar um projeto de suplementação para os Poderes Legislativo e Executivo e para outras casas como a nossa. O momento que se avizinha e o atual são de extrema dificuldade. Em março, quando chegamos a esta Casa – na verdade, em fevereiro –, deparamos com o absurdo de o orçamento para este ano não ter sido votado em dezembro do ano passado, ou seja, Minas Gerais estava sem orçamento. Ao estudarmos todo aquele complexo do orçamento, vimos claramente que deveria ser votado imediatamente.

O governo optou por fazer modificações, chutou um déficit, e, com muito esforço, até com a cooperação da oposição, aprovamos um orçamento com que não concordávamos, para que os mineiros não ficassem sem um rumo, sem uma direção.

Esse orçamento, Sr. Presidente, está em execução este ano. Temos de lembrar que o Partido dos Trabalhadores, em nível federal, geriu de forma irresponsável as finanças públicas desde o ano de 2010, fazendo uma política populista de controlar preços públicos, como se governantes pudessem baixar gasolina por decreto, como se governantes pudessem baixar energia elétrica por decreto. Todas as vezes na história da humanidade em que governante fez isso, desde o antigo Império Romano até a atualidade, passando pelo Plano Cruzado, em 1986, e, neste momento, pela nossa querida presidenta, deu com os burros n'água. Quebrou o setor do álcool e do açúcar, quebrou a Petrobras, estourou o setor energético. Governante não controla preço de energia elétrica e de combustíveis por decreto, por força impositiva.

Vivemos uma economia de mercado capitalista, mas isso é ao longo de séculos. Mesmo antes do modo de produção capitalista, lá no Império Romano havia um mercado, e houve um desabastecimento. E a crise que rompeu o Império Romano foi a tentativa dos imperadores de controlarem os preços de comida e de outras coisas. Desestimulou a produção, houve colapso e crise. E o Plano Cruzado foi a mesma coisa. A história deste país muitas vezes é feita dessa forma, como Getúlio Vargas na guerra tentando controlar o câmbio negro. O desabastecimento foi muito grande.

Mas políticos despreparados insistem em adotar essas medidas de mercado. O País está quebrado. O governo federal, depois de tirar as suas pedaladas fiscais, apresenta um déficit de R\$120.000.000.000,00. Sr. Joaquim e D. Maria, deixem-me explicar a vocês o que são R\$120.000.000.000,00 de déficit. O orçamento da Prefeitura de São Paulo tem R\$55.000.000.000,00. São Paulo, Nova Iorque, Cidade do México e Los Angeles são as maiores cidades das Américas. São Paulo tem R\$55.000.000.000,00 de orçamento público este ano. R\$120.000.000.000,00 significam duas São Paulo, e 11% do PIB brasileiro é produzido na cidade de São Paulo; 11% de toda a riqueza deste país é gerado numa única cidade chamada



São Paulo. O governo federal precisa de duas arrecadações da cidade de São Paulo, mas só temos uma no país. Duas extras, além do que ela arrecada hoje. Precisariamos criar duas novas São Paulo para cobrir o déficit público federal. Agora, demorou 500 anos para ser criada uma São Paulo. Imaginem criar duas.

Vejam o que fizeram os que estavam à frente das finanças públicas: quebraram as finanças públicas brasileiras. O nosso governo do Estado deverá atingir no ano que vem o déficit de R\$10.000.000.000,00, por causa dessa crise econômica. A receita da Prefeitura de Belo Horizonte este ano é de R\$11.000.000.000,00. A maior despesa do Estado é a de Belo Horizonte. Temos uma nova Belo Horizonte de déficit público. Um orçamento inteiro de uma cidade como Belo Horizonte – só existe uma nas 853 cidades para tapar o ano que vem. Quando digo déficit, D. Maria e Sr. Joaquim, quero dizer o que o governo vai gastar para pagar salário de servidores, comprar as coisas e fazer as coisas funcionarem. R\$10.000.000.000,00 a mais no governo do Estado do que tem de arrecadação, mesmo com o aumento de impostos que fez. CPMF tapa-buraco. Arrecadaria, se colocar no topo. R\$40.000.000.000,00, mas há R\$120.000.000.000,00 de déficit. Olhem a situação financeira do Brasil.

Neste primeiro trimestre a receita do governo federal continuará caindo. A atividade econômica continuará caindo, em profundo declínio, com queda nas finanças públicas. Não estou vendo o senhor governador. Ele precisa fechar 35% das secretarias. Pode acabar com a de Turismo, pode acabar com essa Secretaria de Reforma Agrária, pode devolver todos esses deputados aqui para a Casa, a secretaria do Norte, pois não terá um único centavo para fazer nada nessas secretarias. Corte 35% dos veículos.

Façam o corte porque senão, primeiro, o escalonamento dos salários é algo 100% certo. Neste momento o governo só está pagando salários porque saqueou o Banco do Brasil com os depósitos judiciais da Sra. Dona Maria e do Sr. Joaquim, com os depósitos de particulares, de terceiros, mas esse dinheiro vai acabar agora. Depois não terão como passar a mão em novos dinheiros, porque não acredito que o governo vá assaltar bancos e passar à atividade criminosa para dar conta de pagar seus compromissos. Também não acredito, Sr. Presidente, que o governo vá subir mais os impostos para deprimir ainda mais a atividade econômica em Minas Gerais para conseguir honrar compromissos.

O governo do Sr. Fernando Pimentel precisa esquecer as mentiras de campanha: aumento indeterminado e indefinido de funcionários públicos e aumento do número de funcionários públicos, que foi o que prometeu na sua campanha, bem como a redução de impostos. É preciso dizer: nós mentimos, o Estado está quebrado, o País está quebrado, e agora vamos fazer o contrário e já estamos fazendo. Vamos subir impostos e achatar salários. Mentiram para ganhar as eleições? Mentiram; mas agora, presidente, não há outra saída. Daqui para frente não haverá só escalonamento de salários, mas também atraso e falta de dinheiro para honrar a folha de pagamento dos três Poderes, dos 700 mil servidores ativos e inativos de todos os Poderes no Estado de Minas Gerais.

Tenho dito que o PT tem feito uma gestão temerária e perigosa à frente das finanças de Minas Gerais. Não quero que nossos servidores fiquem no ápice de não haver dinheiro para pagar-lhes e nem com escalonamento de seus salários. A crise está aí, e não fomos nós que a criamos. Precisamos votar favoravelmente a essa suplementação para que as coisas sejam feitas. Por outro lado, também precisamos lembrar que os empresários não querem investir, porque não aguentam mais a carga tributária. Eles não estão dispostos a arriscar seu patrimônio e o esforço do seu trabalho a troco de nada para somente pagar impostos. Não haverá crescimento de atividade econômica no Brasil, e sim decréscimo. O sentimento do empresariado é fechar negócios e, se possível, mudar-se para Miami e procurar investir mais em Cuba ou em outros estados e países do que investir aqui. As multinacionais correm de forma rápida.

A Argentina vai dar o primeiro passo para derrotar esse populismo latino-americano, elegendo Macri presidente da república nesse país. E a primeira medida desse cidadão será liberar o câmbio fixo. Hoje, na Argentina, 1 dólar vale 9,54 pesos, e, quando ele liberar o câmbio, 1 dólar passará a valer 16 pesos. Ao fazer isso, a indústria automobilística da Argentina, que exporta a Citroën C4 Lounge, a Toyota, que exporta a Hilux SW4, e outras indústrias que recebiam, por dólar, 9,54 pesos, vão receber 16 pesos. A Argentina terá uma avalanche de exportações em cima do Brasil. O Mercosul vai ficar desfavorável à



Fiat e às novas finanças. Teremos mais problemas. Ficaré fácil para a Argentina, com o câmbio livre e flutuante, exportar, mas importar carros da Fiat e produtos brasileiros vai ficar muito mais caro.

Então, presidente, a situação não é boa para o Brasil. As coisas não vão melhorar para Minas Gerais com a sua única indústria automobilística. Suas importações para o Mercosul serão pequenas. Precisamos reescrever este país com novos acordos e tratados, na certeza de que teremos condição de crescimento econômico. Se os empresários não investem e se os capitalistas não querem contratar trabalhadores, criar negócios e expandir a produção, o governo não vai pôr um centavo dentro dos cofres públicos.

Queremos dizer que vamos votar esse projeto e que estamos aqui mais uma vez, para o bem de todos, alertando-os sobre essas dificuldades econômicas por que passa nosso país.

O PT nos colocou para assistir de cadeira a um desastre. Espero, Sr. Presidente, que realmente tenhamos dias melhores, mas muito serviço terá de ser feito para se criarem expectativas favoráveis. A expectativa, primeiro, é dos grandes empresários, das grandes multinacionais, que terão drasticamente seus lucros reduzidos este ano em razão da desvalorização cambial e da queda dos negócios no Brasil. Eles, no ano que vem, investirão no México, na Colômbia, no Panamá, em Cuba e em outros países. O mundo é globalizado, e as multinacionais são automáticas nesse ponto. Se há queda de rentabilidade, queda dos negócios, dificuldades de licenciamento ambiental, dificuldades trabalhistas e dificuldades de tudo, elas vão para outros países.

Sr. Presidente, quero dizer que temos certeza da necessidade desse projeto, mas deixamos clara ao Sr. Governador do Estado a gravidade que lhe é imposta como chefe do Poder Executivo para promover o maior corte da história. Espero que ele pague as nossas emendas. Quero dar uma respostinha ao prefeito de Uberlândia. Colocamos R\$1.000.000.000,00 para o Hospital do Câncer de Uberlândia. Foram R\$500.000,00 para a lavanderia da cidade, do hospital, e mais R\$500.000,00 para comprar o novo equipamento que vai controlar as aplicações de radioterapia e quimioterapia no aludido hospital, evitando erro e aumento desse processo. Espero que ele pague os mais de R\$300.000,00, R\$400.000,00 para as escolas estaduais de Uberlândia, que eu coloquei. As minhas emendas são públicas e transparentes, vou cobrar e esperar que ele honre, que o PT pague os nossos compromissos. Vou cobrar um por um na tribuna pública desta Casa.

Embora eu tenha ainda algum tempo, devolvo a palavra a V. Exa. para que, a pedido dos colegas, votemos esse projeto.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Vanderlei Miranda.

O deputado Vanderlei Miranda* – Vou fazê-lo daqui mesmo, presidente, até porque vou ser muito breve. Não vou usar mais que 5 minutos da hora a que eu teria direito, mas quero apenas fazer um comentário que acho pertinente. Ouvimos da tribuna neste instante o brilhante orador deputado Felipe Attiê, mais uma vez criticando o uso do fundo judiciário em Minas Gerais. É interessante que ontem, ao acompanhar os vetos em Brasília, vi que os partidos de oposição – e alguns deles são também oposição em Minas Gerais – defendiam ferrenhamente a derrubada do veto para o uso do fundo judiciário. Mais uma vez, volto a dizer que aquilo que é veneno aqui é remédio lá. Ou seja, os partidos estavam... Será que eu posso fazer uso da palavra, Sr. Presidente?

O presidente – V. Exa. tem 1 hora para discutir.

O deputado Vanderlei Miranda* – O.k., muito bem. Então, vou fazê-lo. Então, eu vi isso ontem e fiquei, de certa forma, até pasmo com esse posicionamento dos partidos, deputado Dirceu Ribeiro. Na verdade, os partidos são oposição lá, e boa parte deles são oposição aqui também. Esses partidos criticaram o máximo que puderam a aprovação do projeto de lei para o uso do fundo judiciário aqui, mas ontem eles defenderam ferrenhamente que o veto da presidenta Dilma fosse derrubado, o veto para que o fundo judiciário pudesse ser utilizado. Então, percebemos que existem dois pesos e duas medidas. Mais uma vez, reitero: o que é veneno aqui, muitas vezes é remédio lá.

Era apenas isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar. Obrigado.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fábio de Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Tito Torres – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Felipe Attiê – Voto “sim”, presidente.

A deputada Ione Pinheiro – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Douglas Melo – Voto “sim”.

O deputado Paulo Lamac – Presidente, voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fábio de Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

A deputada Cristina Corrêa – Sr. Presidente, meu voto é “não”.

A deputada Ione Pinheiro – Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O deputado Douglas Melo – Voto “não”.

O deputado Paulo Lamac – Presidente, voto “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “não” 47 deputados. Não houve voto favorável. Está rejeitada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.005/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, quero agradecer, mas peço vênia ao nosso líder, até porque temos uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do deputado Elismar Prado. Presidente, primeiro gostaria de cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos; depois, fazer um apelo. Gostaria de pedir a colaboração dos demais deputados que se encontram à Mesa, pois queria que o presidente ouvisse minha declaração de voto.



Presidente, todos nós sabemos do esforço de V. Exa. para que votássemos essa matéria. Todos nós colaboramos, e V. Exa. levou o assunto ao colégio de presidentes de comissões. Acabei de dizer aos deputados Antônio Jorge, Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes que, a partir dessa votação, as audiências públicas do interior deveriam ser liberadas novamente, até porque precisamos de todo esse esforço, pois tivemos de subtrair uma competência nossa em nome de um pedido do presidente e de toda a Mesa, de forma acordada e absolutamente tranquila. Mas quero fazer um apelo. V. Exa. criou várias comissões extraordinárias nesta Casa, a última foi a das barragens. Foram criadas as comissões das águas, do idoso e dos animais, ou seja, há uma série de comissões, mas não temos servidores concursados para, na mesma proporção, responder a essas demandas.

Ontem mesmo tive o dissabor de ver as Comissões de Administração Pública e de Meio Ambiente funcionando conjuntamente, mas sem a TV Assembleia, quando tratávamos de um assunto muito importante, que é a tramitação açodada, apressada, irresponsável e egoísta, por parte do governador Fernando Pimentel, do Projeto de Lei nº 2.946. Essas duas comissões funcionavam ontem sem a TV Assembleia para gravar. Presidente, não pedi aos presidentes das comissões que determinassem que a TV Assembleia fizesse a transmissão ao vivo. Deputado Lafayette de Andrada, pedimos que, pelo menos, gravassem a reunião. Ontem não havia TV Assembleia nem para gravar a reunião de duas comissões que emitiriam parecer sobre um projeto muito importante para todos os mineiros. Presidente, acabamos de aprovar essa peça, que é muito importante para todos nós, mas farei um apelo a V. Exa. Primeiro, não crie mais comissões. Faço este apelo a V. Exa.: não crie mais comissões, nem especial, nem extraordinária, considerando que não temos servidores. V. Exa. tem um concurso em andamento, com vários aprovados, e poderia simplesmente chamar as pessoas que passaram nesse concurso. Os servidores das comissões, a consultoria e a assessoria técnica estão todos sobrecarregados. Portanto, aproveitando que estão presentes o nosso diretor, ao lado de V. Exa., que é o seu braço direito em relação a essas questões internas, e o deputado Lafayette de Andrada, que é membro da Mesa, faço um apelo: do concurso que está em validade, V. Exa. poderia chamar um número maior de excedentes, e precisa pôr em prática outro concurso. Já aprovamos o Regimento Interno e acabamos de aprovar essa suplementação. Agora, V. Exa. tem os instrumentos necessários.

Sabemos que não é fácil ser ordenador de despesas e estar no lugar que V. Exa. ocupa, pois é complexo e são muitas as decisões e problemas na Casa. Agora, entendo que V. Exa. já tem os instrumentos legais para chamar um maior número de concursados desse concurso que já foram aprovados, pois as comissões não estão aguentando. Deputado Rogério Correia, V. Exa. que é um deputado experiente também no processo legislativo sabe que os servidores não estão aguentando. Precisamos de mais consultores, assessoria técnica e servidores na TV Assembleia, pois de vez em quando acaba ocorrendo um atrito com a gerência dessa televisão e com o seu diretor, e, quando verificamos a raiz do problema, depois de sofrermos um estresse com o servidor, vemos que não há número de funcionários suficiente. Presidente, temos percebido que os servidores da Casa estão atuando em várias comissões ao mesmo tempo e isso os está sobrecarregando. Espero que V. Exa. chame o maior número de excedentes do concurso que está aprovado. Em segundo lugar, que V. Exa. realize imediatamente o novo concurso para as áreas específicas, em que estão faltando servidores. É um apelo que faço a V. Exa., por ser um deputado que acompanha permanentemente os trabalhos desta Casa e conhece bem o funcionamento da Assembleia. Os servidores não estão aguentando a sobrecarga de trabalho. É preciso haver mais servidores para diluir essa carga de trabalho. Assim, eles terão condições de assessorar todos os deputados, inclusive V. Exa. na Mesa, à altura, com eficiência e qualidade. Então, faço esse apelo a V. Exa. e o parabenizo pela condução dos trabalhos.

O presidente – Conforme havíamos conversado no Colégio de Líderes e no colégio de presidentes, antes de chamar o concurso precisaríamos aprovar o Regimento Interno, porque a matéria a ser estudada para o concurso estaria no novo Regimento. A modificação do Regimento Interno foi aprovada nesta semana. O diretor-geral está encaminhando toda a documentação para a realização do concurso. As vagas excedentes, após a aprovação do orçamento, serão preenchidas. Informo a V. Exa. que o senhor está correto. Vários funcionários da função pública não abrem vaga quando se aposentam.



Portanto criamos um projeto de lei específico para a criação de vagas. Então, no máximo na próxima semana, vamos dar andamento ao concurso. Os excedentes serão chamados logo após a aprovação do orçamento.

Declarações de Voto

O deputado Agostinho Patrus Filho – Presidente, quero não só me manifestar a respeito da importância do projeto aprovado hoje mas também trazer ao Plenário desta Casa, ao conhecimento de V. Exa. e da Mesa, informações sobre os trabalhos da nossa Comissão Extraordinária das Barragens. Realizamos uma audiência com deputados da Câmara Federal. Após esta reunião de hoje, iremos a Mariana, onde faremos uma visita à barragem atingida e também às barragens que têm risco de colapso. Comunico também à Assembleia e a V. Exa. a escolha do relator que vai tratar desse assunto, o deputado Rogério Correia. Tenho certeza de que fará, à frente da relatoria, um grande trabalho, um trabalho eficiente, um trabalho com os demais deputados, um trabalho que, sem dúvida, honrará as tradições desta Casa. Muito obrigado pela oportunidade. Estaremos sempre aqui atualizando as informações da nossa comissão. Muito obrigado.

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Agradeço a V. Exa., presidente Lafayette de Andrada, a abertura dos microfones para que este deputado possa, em primeiro lugar, agradecer a confiança do deputado Agostinho Patrus Filho na minha indicação para a relatoria da comissão extraordinária que vai analisar barragens e minerodutos, a partir do rompimento da barragem em Mariana, que eclodiu nesse desastre ambiental de grandes proporções, que entristeceu todo o País.

As nossas funções são várias, desde as medidas imediatas com os que estão desabrigados, que perderam familiares, passando pelo socorro aos rios, especialmente à Bacia do Rio Doce. Teremos depois também de entender como está funcionando a mineração em Minas Gerais e que regras precisamos endurecer para evitar que ocorram acidentes ou outros crimes ambientais. É triste a situação, portanto nosso trabalho será muito grande. Tenho dito que estamos minerando com tecnologia da Idade da Pedra: barragens, minerodutos. O recurso hídrico, nosso bem mais precioso, está sendo desperdiçado com mineração. Digo desperdiçado porque pode haver, e há, tecnologias mais modernas. Esse também, com certeza, será um assunto que a comissão terá de tratar.

A mineração tem importância do ponto de vista econômico, mas existe o desgaste das pessoas, portanto direitos humanos e meio ambiente. É muito assunto a ser tratado. Se você fizer um balanço de tudo que temos a fazer com essa comissão, vamos, aliás, trabalhar no recesso, são 11 deputados para todo o trabalho e mais 11 suplentes. A demanda é muito grande, o acumulado é muito grande. Como o minério passou a ser fonte de riqueza, a mineração passou a ser exercida em Minas Gerais em quase todos os cantos do Estado, sem um controle mais enérgico por parte do Estado propriamente dito. As empresas acabaram por livremente fazer coisas que não estão condizentes com a segurança necessária. Isso foi o que vimos no desastre ocorrido com a Vale do Rio Doce através da Samarco. Pelo levantamento que estamos fazendo – li isso num texto da Míriam Leitão no jornal *O Globo* e a cito porque ela tem posições muito favoráveis ao livre mercado etc., até divergentes do que penso. Ela, deputado Lafayette de Andrada, através de estudo, escreveu um artigo, dizendo que, nesse caso Vale Rio Doce-Samarco, houve um aumento ano passado de 32% da produção na mesma barragem. Ora, isso evidentemente sobrecarregou essa barragem e pode ter sido até o fator fundamental da ruptura. Teremos de fazer um estudo técnico demorado.

Não tenho condições de fazer um relatório de todo esse tema de forma única. Então, queria aproveitar a indicação feita pelo deputado Agostinho Patrus para que eu assumisse a relatoria para convidar também, e ele me permita, o vice-presidente da comissão, deputado João Magalhães, para que me ajude e seja relator junto comigo nesse processo. Durante o procedimento, a ideia é que trabalhemos temas relativos a essa abordagem mais complexa com sub-relatores para estudar esses temas. Pretendo expor isso na próxima reunião da comissão, mas de antemão faço essa solicitação de incluir o deputado João Magalhães na relatoria junto comigo. É um trabalho árduo, hoje mesmo a comissão estará reunida com o



governador e prefeitos da região, estarão sendo debatidos socorros que devem ser prestados aos municípios e um plano de recuperação do Rio Doce.

Muitos dizem que ele morreu. Ele foi ferido de morte, mas não morreu. Precisa ser ressuscitado e tem condições de ser. Para isso, é preciso tratar as nascentes, oxigenar o rio; isso vai dar trabalho, vai ficar caro. A Vale do Rio Doce e a canadense, responsáveis por isso, terão de pagar pela recuperação. Não adianta dizer: "Ah, o Estado não fiscalizou direito...", Estado passado, Estado atual, não é esse o debate. A empresa é responsável pelo que faz. Se ela pode minerar para ter lucro, deputado Dalmo, ela tem de arcar com os prejuízos que causou ao Estado de Minas Gerais, ao Brasil, às pessoas e ao meio ambiente. Não há escapatória. Isso é consenso de qualquer pensamento, seja ele de matiz mais socialista, mais liberal, mais de mercado. A empresa que optou por ter lucro tem de pagar pelo prejuízo que causou. Sinceramente, o Ministério Público saiu correndo para fazer um acordo de R\$1.000.000.000,00, valor que não faz nem cócegas nisso. Só para recuperar as nascentes são mais de R\$5.000.000.000,00. É algo complexo, vamos ter de estudar direitinho. A comissão precisa fazer um relatório. Eu quero que seja um relatório consensual. Por isso vou pedir aos deputados que me ajudem nesse relatório e que, de antemão, nomeiem comigo o deputado João Magalhães. Obrigado.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, nós votamos esse projeto, esse tapa-buraco financeiro, essa abertura de crédito suplementar, para terminarmos o ano. Mas nós, Sr. Presidente, queremos dizer que estamos cansados de ver esse filme. Quando o PT assumiu a Prefeitura de Uberlândia, em 2013, encontrou uma cidade nos trinques, encontrou uma cidade equilibrada financeiramente. No primeiro ano, não deu tempo de eles destruírem a cidade; no segundo ano, em 2014, a balbúrdia financeira começou, e as consequências dessa balbúrdia se deram em 2015: pedaladas fiscais, manipulação das contas públicas para esconder um déficit que chega a R\$400.000.000,00. Houve todo tipo de trambique, no final de 2014 e em 2015.

Eu espero que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aja como agiu o TCU contra a chefe do prefeito de Uberlândia. Que o Tribunal de Contas vá lá e olhe os anos de 2014 e 2015, olhe o prefeito passar a mão no caixa do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE – em R\$10.000.000,00, sacar esse dinheiro, que era para transpor o Rio Araguari para o Rio Uberabinha e gerar água para 2,5 milhões de habitantes, com capacidade máxima, em Uberlândia. Nós estamos vendo o prefeito saquear esse dinheiro e gastar com despesas correntes da prefeitura. No começo do ano, falsifica empenhos globais, para não gerar déficit, conforme o Anexo 11 da Lei nº 4.364; faz empenho, por exemplo, da coleta do lixo, uma despesa já prevista como ordinária; faz uma série de manobras para esconder as coisas.

E o pior, Sr. Presidente, não é isso. O pior é que nós esperamos que haja responsabilidade financeira nesses governos em Uberlândia e aqui, no governo do Estado de Minas Gerais. Quero deixar claro, Sr. Presidente, que nós votamos esses créditos na esperança de que o governo do Estado possa, sem dúvida, fazer o pagamento das emendas que nós indicamos. Para se ter uma ideia, na cidade de Uberlândia, nós contemplamos a Ceami com R\$100.000,00. Essa entidade cuida da recuperação dos usuários de drogas e quer fazer uma ampliação no número de internos, fazendo um novo prédio. Nós colocamos aqui R\$94.000,00 para a Associação dos Artesãos de Uberlândia. Sabe para que isso? Essa feira é a Feira da Gente, no domingo, na Praça Sérgio Pacheco, no Centro, a feira mais tradicional de artesanato de Uberlândia. Esses R\$94.000,00 são para reformar as barracas, que estão velhas e são da época em que o prefeito Virgílio Galassi as doou àquela feira. Inclusive o atual prefeito quer arrancá-los de lá, agora, no Natal. Nós, Sr. Presidente, estamos colocando aqui R\$1.000.000,00 para o Hospital do Câncer de Uberlândia. O hospital vai receber R\$1.000.000,00 para quê? Para comprar a lavanderia e poder lavar as roupas dos que estão agonizando e sofrendo nos leitos do Hospital do Câncer de Uberlândia. Dos recursos que coloquei nas emendas do Estado de Minas Gerais para a cidade de Uberlândia, mais R\$500.000,00 para o Hospital do Câncer de Uberlândia, além da lavanderia, são para quê? Para comprar um *software* com aparelhagem para regular a quantidade de radioterapia e de quimioterapia, bem como a posição da radioterapia, para que não haja nenhum erro em dosagem ou posição de aplicação. Isso, Sr. Presidente, está colocado nas emendas parlamentares de minha autoria no orçamento do Estado, para serem pagas até 30 de dezembro. Esse equipamento vai fazer o erro zero. Ninguém vai receber



dose errada de radioterapia ou quimioterapia, porque esse aparelho vai controlar todas as aplicações do Hospital do Câncer de Uberlândia.

Sr. Presidente, vejo aqui a Creches Comunitárias Associadas de Uberlândia ligada à comunidade católica dessa cidade, que presta a melhor assistência às mães e aos pais de Uberlândia. Estão aqui R\$50.000,00 para Creches Associadas de Uberlândia, da D. Claudiana, que desenvolve um trabalho notável e exemplar em Uberlândia. A Apae de Uberlândia vai receber R\$30.000,00. Está aqui, Sr. Prefeito Gilmar Machado. Agora, prefeito, vamos ver as escolas estaduais que vamos completar em Uberlândia: Escola Estadual São Jorge, R\$30.000,00; Escola Estadual de Uberlândia, R\$30.000,00; Escola Estadual Novo Horizonte, R\$30.000,00; Escola Estadual Amador Naves, R\$30.000,00; Escola Estadual Antônio Thomaz de Rezende, R\$30.000,00; Escola Estadual Frei Egídio Parisi, R\$30.000,00; Escola Estadual Felisberto Alves, R\$30.000,00; Escola Estadual Mário Porto, R\$30.000,00; Escola Estadual Bom Jesus, R\$30.000,00; Escola Estadual Teotônio Vilela, R\$30.000,00; Escola Estadual Eneias Vasconcelos, R\$25.000,00. Os recursos estão aqui, prefeito. Agora quero ver o governador do Estado pagar isso. Vai pagar ou não vai? Cobra dele, Gilmar. Vai lá no Pimentel, vai lá no Odair, manda pagar as minhas emendas para a cidade de Uberlândia. Aqui estão os recursos que estou disponibilizando para o Hospital do Câncer, para a saúde, com que o senhor acabou na cidade de Uberlândia. Estou disponibilizando recursos para as escolas, para que não caiam telhados e as coisas na cabeça do povo. Sr. Presidente, estou pondo dinheiro limpo e transparente para toda Minas Gerais saber onde gasto minhas emendas. Isso será publicado na Praça Tubal Vilela, prefeito, no centro da cidade. Agora, quero ver o senhor governador do PT pagar as minhas emendas para a cidade de Uberlândia. Está aqui. Este deputado traz recursos, sim, mesmo sendo da oposição, mesmo não tendo o rabo preso com essa petezada.

Presidente, devolvo a palavra a V. Exa. Agradeço a oportunidade de falar para toda Minas Gerais mostrando que somos transparentes e vamos cobrar os recursos para Uberlândia. Também temos emendas da região, de que não pude falar ainda. Há emenda para Coromandel, que é beneficiada. Outra hora vou voltar e falar da região, porque este deputado trabalha. Pague, senhor governador. Pague, Sr. Odair Cunha. Paguem o que devem ao povo de Uberlândia. Está aqui colocado. E fale ao senhor prefeito, governador, fechar a matraca e dar um jeito de cuidar das contas públicas, que estão um desastre na cidade de Uberlândia. Muito obrigado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente Lafayette de Andrada. Saúdo V. Exa. e o nosso querido deputado Dirceu Ribeiro. Votei favoravelmente a esse projeto, que, com certeza, prioriza especial atenção no orçamento fiscal através de créditos suplementares.

Também gostaria de falar rapidamente sobre a tragédia que se abateu sobre Mariana. Nosso Sul de Minas, ainda consternado, chora com toda a cidade, com toda a região, por esse triste episódio pelo qual a região tem passado. Nossa região Sul mineira, efetivamente sensibilizada, esteve solidária encaminhando donativos ao Município de Mariana, prestando solidariedade neste momento tão difícil que as famílias passam.

Gostaria de fazer algumas considerações muito rápidas. A primeira decorre da fala do deputado Sargento Rodrigues quanto às audiências externas da Comissão de Segurança Pública. No mês de maio requeremos uma audiência pública no Município de Santa Rita do Sapucaí para debater sobre segurança pública. Não conseguimos realizar essa audiência em virtude de decisão da Mesa. Mas quero destacar a participação do prefeito Jefinho, ao reunir, na segunda-feira, no município, um conjunto de autoridades e a sociedade para debater segurança pública. Agora, já está também marcada, a requerimento de nossa autoria, para o dia 1º de dezembro, a discussão do tema no seio dessa comissão, na nossa Assembleia. Quero manifestar a preocupação deste parlamentar quanto à segurança pública desse município. Tenho certeza de que, com essa audiência, efetivaremos as ações necessárias para a segurança do município, a exemplo do que fizemos em Andradas. Estive lá ontem e, mais uma vez, cobrei das autoridades uma ação mais efetiva e vigorosa em prol da segurança pública do município. Andradas está localizada no cinturão da segurança, na divisa do Estado, e estamos aguardando, por parte do governo, da Polícia Militar e da Polícia Civil, as ações que solicitamos em audiência realizada na cidade, em que mais de mil pessoas cobraram uma atuação efetiva em prol de uma segurança pública de melhor qualidade.



Destaco também que esta semana, Sr. Presidente, deputado Dirceu, tive o prazer de acompanhar o nosso prefeito, Dr. Luiz Carlos Bergamin, junto ao Comando-Geral da Polícia Militar. O município participará da construção da sede do Batalhão da Polícia Militar em Extrema. A cidade tem condições para isso, possui hoje a segunda arrecadação de Minas Gerais e já construiu o fórum, a câmara municipal e o Corpo de Bombeiros, que será inaugurado em janeiro, e contribuirá para a construção do prédio da Polícia Militar, dando assim à divisa do Estado a possibilidade de oferecer melhor segurança a toda a região. Finalmente, Sr. Presidente, parabênzo o deputado Braulio Braz, ausente hoje, porque, neste momento de recessão e de turbulência da economia do País, o deputado e querido amigo dá um drible na situação e lança esse desafio, inaugurando hoje, em Macaé, no Estado do Rio, uma das mais modernas agências de revenda de veículos. Hoje ele estará conosco em Macaé, com toda a sua família, com o Sr. José Braz, o que nos dá muita satisfação. O deputado Bráulio, um grande entusiasta, uma liderança extraordinária, um dos empresários mais respeitados do setor automobilístico do Brasil, está inaugurando em Macaé essa nova revenda. Quero saudar o Bráulio, cumprimentando toda a sua família, desejando-lhe muita sorte, pois, com certeza, muitos empregos serão gerados. Ao Braulio e a toda a sua família, as nossas homenagens. Obrigado.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Fábio Cherem e João Alberto (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e os deputados Durval Ângelo, Antônio Carlos Arantes, Iran Barbosa, Ivair Nogueira, Arnaldo Silva e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as parcerias público-privadas do Estado de Minas Gerais, o acompanhamento da gestão dos contratos, o desenvolvimento das atividades e os indicadores de desempenho; apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Serjusmig, publicado no *Diário do Legislativo* de 15/10/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Diego Jardim, coordenador da Unidade Setorial de PPP, da Secretaria de Estado de Esportes, representando Carlos Henrique Alves da Silva, secretário; Antônio Amabile, assessor de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário; Itaner Debossan, coordenador especial de gestão das Unidades de Atendimento Integrado – UAIs –; Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Joselito Rodrigues de Castro, diretor executivo da Concessionária Nascentes das Gerais – Divinópolis; Flávio Faria Antunes, coordenador geral da Unidade Central de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais; Gauberte Warleson Diniz Rocha, diretor-geral do Complexo Penal de Ribeirão das Neves; Felipe Chaves Ligório, coordenador Administrativo e Financeiro da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A., representando André Luis Santana Moraes, presidente; e as Sras. Samira Marx, assessora do chefe de planejamento da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Flávia Mourão Parreira do Amaral, diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH, representando Luiz Tadeu Martins Leite, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana; e Luciana Lott de Almeida Cunha, diretora da Unidade Setorial de Parcerias Público-Privadas Prisionais – Seds, Unidade responsável pela Gestão do Contrato e os Indicadores de Desempenho da PPP Prisional, que são



convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados João Alberto e Ivair Nogueira, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.574 e 2.586/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.929/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater irregularidades no pagamento de honorários-aulas e honorários de aplicação de provas no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;

nº 3.930/2015, da deputada Marília Campos e do deputado João Magalhães, em que solicitam seja realizada visita técnica ao Ministério da Previdência Social para obtenção de informações e para discussão acerca da situação dos Fundos Previdenciários Estaduais e Municipais;

nº 3.931/2015, dos deputados João Alberto e Ivair Nogueira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção da Unidade Central de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais na Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

nº 3.932/2015, dos deputados João Alberto e Ivair Nogueira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para assegurar a manutenção do apoio técnico e consultivo aos municípios na implementação das parcerias público-privadas;

nº 3.936/2015, dos deputados João Alberto e Ivair Nogueira, em que solicitam seja criado grupo de trabalho para a realização de estudo com vistas à reformulação da legislação sobre a parceria público-privada em parceria com as secretarias de Estado envolvidas no processo e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais;

nº 3.938/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Unidade Central de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que mantenha a implementação e o funcionamento de parcerias público-privadas em conformidade com o disposto na Lei nº 18.038, de 2009.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio – Leonídio Bouças.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/10/2015

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica que estão abertos, até o dia 9/11/2015, os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937 e 2.938/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 31/2015 (deputado Rogério Correia); 361/2015 (deputado Tito Torres); 1.109 e 1.628/2015 (deputado Felipe Attiê), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres



sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.088/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda) e 1.109/2015 (relator: deputado Felipe Attiê) na forma dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 1.675/2015 (relator: deputado Tito Torres). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 361/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado, em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Tito Torres. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 3.941/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública, com a presença do secretário de Estado de Planejamento e Gestão e do secretário de Estado da Fazenda, para debater o teor do Decreto nº 46.859/2015, publicado no *Minas Gerais* de 1º/10/2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Thiago Cota – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/10/2015

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Ivair Nogueira e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, conselheira da Câmara Normativa Recursal do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, membro do Movimento pelas Serras e Águas de Minas e membro do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela; e do Sr. Antonio Geraldo de Oliveira, coordenador regional do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, requerendo que a comissão conclua pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 2.946/2015; e dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.102, 1.427 e 2.409/2015, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.954, 2.968, 2.977 e 2.985/2015 (Antônio Jorge); 2.962, 2.966, 2.949, 2.976 e 2.987/2015 (Bonifácio Mourão); 2.952, 2.964, 2.967, 2.980 e 2.986/2015 (Cristiano Silveira); 2.953, 2.975, 2.945, 2.965 e 2.978/2015 (Isauro Calais); 2.971, 2.947, 2.950, 2.958, 2.960, 2.981 e 2.984/2015 (João Alberto); 2.393, 2.701, 2.951, 2.948, 2.961, 2.963 e 2.970/2015 (Leonídio Bouças); 2.982, 2.983, 2.959, 2.973 e 2.974/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os projetos de lei cujos números são mencionados entre parênteses são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimentos dos deputados Antônio Jorge (2.946 e 496/2015); João Alberto (159/2015) e Leonídio Bouças (1.014/2015). É aprovado requerimento do deputado Antônio Jorge solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 15/2015 e os Projetos de Lei nºs 363, 436, 676, 858, 960, 1.458, 1.821 e 2.109/2015 sejam apreciados em primeiro lugar nessa fase. Registra-se a saída do deputado Luiz Humberto Carneiro, sendo este substituído pelo deputado Sargento Rodrigues por indicação da liderança do BVC. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº



15/2015 e do Projeto de Lei nº 436/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 363 e 676/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Registra-se a saída do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 858/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 960/2015 com as Emendas nº 1 e 2 (relator: deputado Antônio Jorge). Registra-se a presença do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.458/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.821/2015 com as Emendas nºs 1 a 3 e 2.109/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.696/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição); 2.807/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 2.815/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 767, 2.287 e 2.703/2015 (relatores, respectivamente: deputados Isauro Calais, Cristiano Silveira e Leonídio Bouças). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 994/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Monte Sião o Projeto de Lei nº 2.716/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Lavras o Projeto de Lei nº 2.755/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.798/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Barbacena o Projeto de Lei nº 2.760/2015; ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Moema o Projeto de Lei nº 2.786/2015 e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.793/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.427 e 2.710/2015 (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição); 2.700, 2.735, 2.746, 2.754, 2.766, 2.767 com a Emenda nº 1, 2.768 e 2.970/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro e o penúltimo, em virtude de redistribuição); 2.707 e 2.758/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 2.708, 2.749, 2.753 e 2.756/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 2.713/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 2.752/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.724/2015, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 2.702, 2.709, 2.712, 2.715, 2.721, 2.737, 2.747, 2.771, 2.780, 2.784, 2.787, 2.791, 2.794 e 2.796/2015, para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Gustavo Corrêa – Fábio Cherem – Marília Campos – Cabo Júlio.

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/10/2015**

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Gilberto Abramo e Glaycon Franco (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Rosângela Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os seguintes pareceres dos Projetos de Lei nºs 1.277, 1.279, 1.296, 1.522, 1.776, 1.890, 1.910, 1.943, 1.944, 2.033, 2.083 e 2.084/2015 (relator: deputado Glaycon Franco); 2.128, 2.181, 2.189, 2.196, 2.213, 2.246, 2.247 e 2.748/2015 (relatora: deputada Cristina Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Noraldino Júnior – Durval Ângelo.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Arlen Santiago, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Iran Barbosa e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os problemas de gestão e as condições de atendimento da UPA Justinópolis e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Iata Duka Alves Martins, superintendente de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves, e os Srs. João Batista Noia, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves, e Rômulo Fernandes Pinto, Vitório Filho Ribeiro e Fabiano Costa Diniz, vereadores da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Iran Barbosa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2015.

Carlos Pimenta, presidente – Glaycon Franco – Antônio Jorge – Geraldo Pimenta.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2015

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Fábio Avelar Oliveira (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM) e Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª

Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais – Iepha – os Projetos de Lei nºs 1.124, 1.921, 2.130 e 2.878/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido e aprovado o Requerimento nº 3.992/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública para receber os representantes do Carnaval a Cavalinho do Município de Bonfim e órgãos representativos do Estado, com vistas ao seu registro como patrimônio cultural imaterial do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Bosco, presidente – Ione Pinheiro – Thiago Cota.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2015

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Vítor Xavier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.986/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o risco de supressão de nascentes na área do Município de Ribeirão das Neves em que possivelmente será implantado o aterro sanitário metropolitano;

nº 3.987/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei 2.946/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências;

nº 3.988/2015, dos deputados Iran Barbosa e João Vítor Xavier, em que solicitam seja realizada visita ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Saae – de Caeté para discutir o problema da falta de água no município, que já dura 40 dias, e buscar soluções;

nº 3.989/2015, dos deputados Iran Barbosa e João Vítor Xavier, em que solicitam seja realizada audiência pública, com a convocação dos presidentes da Copasa e da Copanor, para debater as medidas já tomadas e as ainda necessárias para a redução das perdas no sistema de abastecimento de água, a situação atual de demanda hídrica e do serviço prestado nos municípios atendidos por essas empresas no Estado, bem como para esclarecer suposta prática de rodízio velado na manutenção do referido sistema.

nº 3.990/2015, do deputado Iran Barbosa e do deputado João Vítor Xavier, em que solicitam seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações, consubstanciado em relatório, sobre todas as intervenções e interrupções no sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte ocorridas nos últimos 8 meses, especificando data, bairros atingidos pela suspensão do abastecimento por evento, duração e motivação da paralisação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2015.



Iran Barbosa, presidente – João Vítor Xavier – Rogério Correia.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2015

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leandro Genaro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a expor as razões técnico-periciais do laudo produzido sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fernanda Ciolfi, médica veterinária fiscal, representando o Sr. Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, Flávia Quadros Campos Ferreira, veterinária, Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB, Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento pelos Direitos dos Animais, Samylla Mol, advogada, pesquisadora associada do Centro de Estudos em Biodireitos, Val Consolação, presidente da Associação Protetora dos Animais Carentes do Estado de Minas Gerais, e os Srs. Luciano Luz Badini Martins, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente, Pedro Coutinho, gerente e fiscal sanitário da Gerência Regional de Vigilância Sanitária Centro Sul, e Leandro Esteves de Vasconcellos, fiscal sanitário, representando o Sr. Daniel Vergilino Flores Nunes, gerente de Vigilância Sanitária Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Gilson Dias Rodrigues, médico veterinário, e Matheus Fernandino Bonaccorsi, advogado, representando o Sr. José Agostinho de Oliveira Quadros, presidente do Mercado Central, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Antônio Jorge – Ione Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Elismar Prado e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Wander Borges e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, conforme art.102, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar a Lei Federal nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), debater as suas inovações e discutir as estratégias para a sua implementação. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped –, Patricia Siqueira Silveira, coordenadora Estadual do Projeto de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, e Danúbia Helena Soares Quadros, chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso de Belo Horizonte; e os Srs. Eduardo Barbosa, deputado federal e presidente da Federação das Apaes do Estado, Antonio José do Nascimento Ferreira, secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Romerito Costa Nascimento, coordenador Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos,

Participação Social e Cidadania, representando o Sr. Nilmário Miranda, secretário, e Geraldo Nogueira, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro –, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Duarte Bechir, presidente – João Leite – Bonifácio Mourão.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2015

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e o deputado Doutor Jean Freire, membros da Comissão de Participação Popular, e os deputados Tiago Ulisses e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo, Cristiano Silveira e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, dando início ao processo de discussão participativa do PPAG nesta Casa. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Planejamento e Gestão, Francisco Eduardo Moreira, secretário adjunto de governo, representando o Sr. Odair Cunha, secretário, André Quintão, secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, Nilmário Miranda, secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, deputado federal, Cristiane Neves Procópio Malard, defensora pública geral do Estado, e Maria Tereza Lara, presidente da Fundação Caio Martins, que são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/10/2015

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a recuperação dos afluentes da Bacia do Médio São Francisco, bem como o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica; e ainda a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel, publicado no *Diário do Legislativo* em 22/10/15, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.444/2015, em que foram solicitadas providências para a realização de ao menos dois leilões por ano, de energia solar fotovoltaica. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da



comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.993/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita desta comissão ao Centro de Convenções SulAmérica, no Rio de Janeiro, com vistas participar, em 28/10/2015, do lançamento do evento Brasil Solar Power: Conferência e Exposição, que abordará o futuro da energia fotovoltaica no Brasil;

nº 3.994/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao BNDES pedido de providências para que seja criada uma linha de financiamento especialmente voltada para projetos de geração distribuída de energia solar fotovoltaica.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Glória Maria da Costa, analista ambiental do Igam, representando a diretora-geral, e Sirléia Márcia de Oliveira Drumond, 1ª-secretária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitaiá e Pacuí, representando o presidente; e os Srs. Roberth Rodrigues e Silva, assessor de Desenvolvimento Social e Ambiental da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o secretário; Sérgio da Costa Ramos, analista de planejamento da Copasa, representando a diretora-presidente; Thiago Gelape, gerente do Bioma Cerrado, Caatinga e Campos Silvestres do IEF, representando a diretora-geral; Juarez Pereira da Silva Panisset, analista de saneamento da Copasa, representando o diretor-presidente de Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor –; Márcio Tadeu Pedrosa, coordenador do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco; Gerson Mendes Almeida, prefeito de Ubaí; e Ronaldo Múcio Pereira de Matos, presidente da Câmara Municipal de Brasília de Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Dilzon Melo.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/10/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Paulo Lamac e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposição da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos e, submetidos a votação, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.995/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação das Apacs no Estado;

nº 3.996/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação do Acampamento José Bandeira, localizado na Fazenda da Prata, no Município de Pirapora, onde moram 180 famílias que se encontram ameaçadas de despejo;

nº 3.997/2015, do deputado Cristiano Silveira e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater e buscar esclarecimentos sobre os custos, a infraestrutura e as condições de segurança da Cidade



Administrativa, tendo em vista que parte da estrutura do telhado e janelas do prédio Minas foram derrubadas por ocasião das chuvas em 22/10/2015;

nº 3.998/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a segurança pública do Município de Contagem;

nº 3.999/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a promoção dos direitos humanos das famílias em situação de pobreza no País, por meio de transferência direta de renda do Programa Bolsa Família, que completou 12 anos de existência em 2015, com a primeira geração de crianças livres da fome e na escola;

nº 4.000/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento Católico Global pelo Clima;

nº 4.001/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater as ações legislativas que tramitam na ALMG referentes à criação do Conselho Estadual LGBT com a participação dos órgãos do governo estadual que tratam do tema, por solicitação do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais;

nº 4.002/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o tema "Memórias da escravidão negra no Brasil".

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/10/2015

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e João Leite (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 20/10/2015: ofício do Sr. Leopoldo Jorge Alves Neto, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 960, no 1º turno, e 2.713/2015, em turno único (deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.910/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.003/2015, dos deputados Duarte Bechir e Elismar Prado, em que solicitam seja realizada visita à BHTrans com o objetivo de apresentar as demandas dos usuários de transporte coletivo relativas à acessibilidade, com a presença de representantes desses usuários;

nº 4.004/2015, dos deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e João Leite, em que solicitam sejam ouvidas as pessoas presentes na 26ª Reunião Ordinária da comissão;

nº 4.005/2015, dos deputados Duarte Bechir, João Leite, Bonifácio Mourão e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para debater a emissão, pela Secretaria de Planejamento, de laudos periciais pela inaptidão de candidatos aprovados no concurso da Secretaria de Educação realizado em 2011, para o cargo de professor, tendo em vista que entre eles há servidores designados que já trabalham no Estado.

Em seguida, o presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sirlene Alves Primo Xavier, Debra Ribeiro Pimenta Oliveira, Fabiana da Silva, Márcia Brandão Magalhães, Janine Maria Nogueira e Terezinha Rocha e os Srs. Marco Antônio Batista da Silva, Mário de Assis, e José Rodrigues Pereira Barbosa, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – Arnaldo Silva.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Paulo Lamac e Ricardo Faria. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica que estão abertos, até o dia 9/11/2015, os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.937 e 2.938/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 921/2015 (relator: deputado Thiago Cota, em virtude de redistribuição) e 1.196/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é rejeitado o Requerimento nº 3.941/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para a qual sejam convocados os secretários de Planejamento e Gestão e de Fazenda, para debater o Decreto nº 46.859, de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado em 1º/10/2015. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 4.006/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de providências para avaliar a possibilidade de reduzir para 12% a alíquota do ICMS incidente sobre o gás natural. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 29/11/2015, às 8 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Rogério Correia – Agostinho Patrus Filho – Paulo Lamac.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão, Fábio Cherem (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro



Silva e Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail*, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, do Sr. Fabiano Kappel Marzola, manifestando-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.719/2015 pelas razões que menciona; ofícios: do Sr. Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, acusando o recebimento do Requerimento de Comissão nº 1.616/2015; dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.144, 1.543, 1.887, 1.909, 2.318 e 2.411/2015, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.988/2015 (deputado Bonifácio Mourão), 2.989/2015 (deputado Cristiano Silveira), 2.979/2015 (deputado João Alberto), 2.946 e 2.990/2015 (deputado Leonídio Bouças). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado João Alberto solicitando a retirada de todos os projetos constantes na pauta, com exceção do Projeto de Lei nº 2.946/2015. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, ao Projeto de Lei nº 2.946/2015, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado João Alberto solicitando a retirada de todos os projetos constantes na pauta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 2.801, 2.814, 2.819, 2.826, 2.829, 2.830, 2.832, 2.900, 2.979, 2.988 e 2.985/2015 e ao secretário de Casa Civil, relativamente ao Projeto de Lei nº 2.810/2015, para que instruam as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas, na mesma data, às 11 horas, para apreciação dos projetos constantes na pauta, e às 17 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 2.946/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Bonifácio Mourão - Gustavo Corrêa - João Alberto - Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 11h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão, Cabo Júlio (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), Fábio Cherem (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 33/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado João Alberto. Os Projetos de Lei nºs 2.917, 51 e 2.838/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Leonídio Bouças. O Projeto de Lei nº 2.946/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não



cumprir pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Alberto, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 42/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Gustavo Corrêa. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.469/2015, em turno único, deixa de ser apreciado devido à solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Fábio Cherem, em virtude de redistribuição. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Alberto, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.868/2015 na forma do Substitutivo nº 1, em turno único, o presidente defere o pedido de vista do deputado Gustavo Corrêa. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 159 e 2.273/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado João Alberto. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Alberto, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 780/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Gustavo Corrêa. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 1.177/2015 (relator: deputado João Alberto); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.800/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Três Pontas os Projetos de Lei nºs 2.827 e 2.828/2015 (relatores: deputados Roberto Andrade e Fábio Cherem, respectivamente, ambos em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Guimarães o Projeto de Lei nº 2.834/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.840/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.884/2015 (relator: deputado Fábio Cherem, em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.886/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.271/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Gustavo Corrêa. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.839/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado João Alberto. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.979 e 2.988/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados Bonifácio Mourão e João Alberto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.102, 1.543 com a Emenda nº 1, 2.769 com a Emenda nº 1, 2.809, 2.863 e 2.885/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão, sendo do primeiro ao quarto, em virtude de redistribuição); 1.909, 2.776 com a Emenda nº 1, 2.782, 2.785, 2.795, 2.877 e 2.984/2015 (relator: deputado João Alberto, sendo o terceiro em virtude de redistribuição); 2.773 e 2.839/2015 (relator: deputado Cabo Júlio); 2.774, 2.775 com a Emenda nº 1, 2.803, 2.804, 2.818, 2.831, 2.862/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro, o quarto e o último em virtude de redistribuição); 2.777, 2.802, 2.867/2015 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, na mesma data, às 17 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 2.946/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Bonifácio Mourão – Antônio Jorge.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Douglas Melo (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG) e Ricardo Faria (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da



aprovação de requerimento do deputado Ricardo Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício do Sr. Mauro Borges Lemos, presidente da Cemig (3/10/2015); da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (28); do Sr. Castinaldo Bastos Santos, presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais (15/10/2015); da Sra. Andrea Mendes de Souza Abood, coordenadora de Administração de Trânsito do Detran-MG (22/10/2015); do Sr. Renan Calheiros, senador da República (22/10/2015); do Sr. Bonifácio de Andrada, deputado federal (22/10/2015); do Sr. Humberto Lucchesi de Carvalho, presidente da Comissão de Articulação e Acesso ao Conselho Nacional de Justiça da OAB-MG (22/10/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 2.696, no 1º turno, 1.427, 2.700, 2.756, e 2.970/2015, todos em turno único (Celinho do Sinttrocel); Projeto de Lei n° 2.735/2015, em turno único (Geisa Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n°s 1.153/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 1.182/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 1.521/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 1.898/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.105/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 2.127/2015, 2.158/2015, 2.199/2015 e 2.204/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.259/2015 e 2.307/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.309/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.311/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 2.315/2015 e 2.319/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.321/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 2.326/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.554/2015, 2.621/2015 e 2.639/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), que receberam parecer pela aprovação, votando "sim" os deputados Celinho do Sinttrocel, Douglas Melo e Ricardo Faria. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 1.883, 2.682, 2.683, 2.686 a 2.689 e 2.701/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 1.277, 1.279, 1.296, 1.776, 1.890, 1.943, 1.944, 2.033, 2.083, 2.084, 2.128, 2.181, 2.189, 2.196 e 2.247/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

n° 4.012/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam encaminhadas ao Gabinete do Ministro das Cidades e ao diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran – as notas taquigráficas da audiência pública realizada no dia 6/10/2015, para debater os impactos da Resolução n° 556, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, de 17/9/2015, que tornou facultativo o uso de extintor de incêndio para automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada;

n° 4.013/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre a importância do uso de extintores de incêndio em automóveis de passeio;

n° 4.014/2015, do deputado Geraldo Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a situação da reciclagem automotiva de veículos leves e pesados e seus impactos econômicos, trabalhistas e ambientais;

n° 4.015/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a criação de uma diretriz estadual para melhorar a situação profissional das equipes de saúde vinculadas aos municípios, bem como realizar o lançamento de um documentário produzido pelo Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde – sobre a realidade dos profissionais da área;



nº 4.017/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater a importância do salário mínimo no Brasil, por ocasião dos 60 anos de fundação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese;

nº 4.019/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a política de saúde e segurança dos trabalhadores no Estado;

nº 4.020/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater a importância do salário mínimo no Brasil;

nº 4.021/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho e as demissões no setor de conservação e limpeza;

nº 4.023/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à presidente da República pedido de providências para que o Fundo de Participação dos Municípios – FPM – seja compensado pela perda de receita decorrente das isenções fiscais concedidas pelo governo federal;

nº 4.024/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pedido de providências para revisar as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM – destinadas aos municípios;

nº 4.025/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pedido de providências para reprogramar os saldos existentes nos fundos municipais de assistência social dentro dos níveis de proteção social, abrindo possibilidade de utilizar o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho – dentro da proteção social básica;

nº 4.026/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pedido de providências para desbloquear o repasse do cofinanciamento federal na área da assistência social, retido em função de saldo nas contas dos municípios, a exemplo do que fez a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social;

nº 4.027/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE – pedido de informações sobre a possibilidade de não contabilização dos recursos de cofinanciamento federal e estadual gastos com pessoal nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como já acontece com a saúde;

nº 4.028/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego as notas taquigráficas da audiência pública realizada no dia 20/10/2015, no Município de Nova Lima, com pedido de providências para apuração das denúncias registradas em relação aos direitos legais não respeitados pela Polícia Militar em Nova Lima;

nº 4.029/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de informações sobre o número de cargos comissionados existentes na estrutura do Executivo Municipal, encaminhando à ALMG a lista completa contendo nome e respectiva remuneração dos ocupantes desses cargos;

nº 4.030/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de informações sobre a necessidade de adequação das despesas com pessoal à Lei de Responsabilidade Fiscal, especificando se haverá corte de pessoal ou suspensão de direitos dos servidores e, havendo cortes, em quais áreas eles serão processados e quais seus eventuais impactos na prestação de serviços à população do município;

nº 4.031/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de providências para revogar o Decreto nº 6.638, de 28/8/2015, que exonera servidores concursados em estágio probatório;



nº 4.032/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de providências para a instalação da Mesa de Negociação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – Suas;

nº 4.033/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de providências para formalizar a adesão ao Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do Suas – Qualifica Suas –, como forma de receber apoio técnico para utilizar os recursos de transferências federais e estaduais parados no Fundo Municipal de Assistência Social;

nº 4.034/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de providências para cumprir a determinação da Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Federal nº 8.742, de 1993 – e submeter a Lei Orçamentária Anual – LOA – ao Conselho Municipal de Assistência Social;

nº 4.035/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater a trajetória e as perspectivas da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig;

nº 4.036/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação atual e as propostas de estruturação e funcionamento do novo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

nº 4.037/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação funcional e a carreira dos professores da Unimontes, em especial dos aprovados no concurso 1/2014;

nº 4.044/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita ao Ministério das Cidades, com a finalidade de debater os impactos da Resolução nº 556, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, de 17/9/2015, que tornou facultativo o uso de extintor de incêndio para automóveis, utilitários, camionetas, cominhonetes e triciclos de cabine fechada.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira – Gustavo Correa.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 20/10/2015: ofícios dos Srs. Rodrigo Flecha Ferreira, superintendente de Regulação da Agência Nacional de Águas – ANA –; e Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fapemig. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, Projetos de Lei nºs 2.678 e 2.749/2015, (deputado Emidinho Madeira), Projeto de Lei nº 2.912/2015 (deputado Inácio Franco); no 1º turno, Projeto de Lei nº 2.509/2015 (deputado Nozinho). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.187/2015 (relator: deputado Nozinho), 1.527/2015 (relator: deputado Rogério Correia) e 1.988/2015 (relator: deputado Inácio Franco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.847, 2.433, 2.700, 2.733 e 2.734/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.016/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o texto da Lei nº 13.154, de 2015, que define o registro de maquinaria agrícola;

nº 4.018/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que ajude a intermediar, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as negociações visando ao término da greve dos servidores da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – Ceasa;

nº 4.022/2015, do deputado Emidinho Madeira, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Carmo do Rio Claro, para debater e dar encaminhamentos ao melhoramento genético na região, bem como para debater o Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino Brasileiro Pró-Genética e Pró-Fêmeas, tendo em vista a possibilidade de implantação do programa nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Nozinho.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Lone Pinheiro e os deputados Bosco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Thiago Cota, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende os trabalhos da comissão. Às 16h44min, são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Cristina Corrêa e dos deputados Bosco e Thiago Cota. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – o Projeto de Lei nº 2.215/2015 (relator: deputado Bosco, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.038/2015 (relator: deputado Wander Borges); 2.327/2015 (relatora: deputada Cristina Corrêa); 2.710/2015 (relator: deputado Thiago Cota), 2.752/2015 (relatora: deputada Cristina Corrêa); 2.766/2015 (relatora: deputada Lone Pinheiro); 2.767/2015 (relator: deputado Wander Borges). Submetido a votação, é aprovado o requerimento nº 2.707/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Wander Borges. São recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.038/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada reunião para entrega do diploma referente ao voto de congratulações com os participantes da Folia Velha do Logradouro, do Município de Cordisburgo, pelos seus 95 anos de atividades;

nº 4.039/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada visita à Codemig para conhecer o programa Minas de Todas as Artes e os projetos de investimento na área da cultura e da indústria criativa desenvolvidos pela instituição;

nº 4.041/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada reunião com convidados, com o objetivo de comemorar o Dia do Barroco, instituído pela Lei nº 20.470, de 26/11/2012.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2015.

Cristina Corrêa, presidente – Wander Borges – Ione Pinheiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 17h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e o deputado Doutor Jean Freire, membros da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita às senhoras deputadas e aos senhores deputados que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de Infraestrutura e Logística. Registra-se a saída da deputada Marília Campos. O presidente, deputado Jean Freire, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados, que são convidados a tomar assento à mesa: Srs. Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Renato de Oliveira Silva, servidor da Prefeitura Municipal de Governador Valadares; Leandro dos Reis Cordeiro, da Associação Trem Bão de Minas; Junior José da Silva, assistente social; Evandro Aquileu; Cláudio de Melo Rocha, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Albano Silveira Machado, do movimento “AUFUJM É Nossa”; Guilherme Otávio Diniz, assistente institucional da Coohabel; e Sra. Maria do Carmo Gonçalves Alves, da Associação Feirantes de Turmalina. A presidência concede a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

Às 17h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC), Cabo Júlio (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e os deputados Rogério Correia e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.946/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº1, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1, dos deputados Antônio Jorge, Cabo Júlio, Dirceu Ribeiro e Noraldino Júnior, 2 e 3, do deputado João Alberto, 4, da deputada Marília Campos, e 5, do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, registrando-se os votos contrários dos deputados Bonifácio Mourão e Sargento Rodrigues. Submetidas à votação, são aprovadas as Propostas de Emenda nºs 2 e 3. Submetida à votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 1, destacada pelo deputado Bonifácio Mourão. Submetidas à votação, são rejeitadas, cada uma por sua vez, as Propostas de Emenda nºs 4 e 5, esta destacada pelo deputado Sargento Rodrigues, registrando-se os votos contrários dos deputados Bonifácio Mourão, Antônio Jorge e Sargento Rodrigues. É dada nova redação ao parecer. Cumprida a finalidade da



reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Isauro Calais – João Alberto – Agostinho Patrus Filho – Sargento Rodrigues.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/10/2015

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, João Vítor Xavier e Rogério Correia (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Vítor Xavier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Arnaldo Silva. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e, após serem submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.047/2015, dos deputados Iran Barbosa, Arnaldo Silva, João Vítor Xavier e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir a crise hídrica em Caeté;

nº 4.048/2015, dos deputados João Vítor Xavier, Rogério Correia, Arnaldo Silva e Iran Barbosa, em que solicitam seja realizada reunião, com os convidados presentes, para debater a necessidade de obras emergenciais no sistema de drenagem de Belo Horizonte;

nº 4.049/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o plano de atendimento à população no período chuvoso executado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ricardo de Miranda Aroeira, gerente de gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte; coronel Alexandre Lucas, coordenador municipal de Defesa Civil; e Vereador Juninho Paim, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos demais autores, deputados João Vítor Xavier, Rogério Correia e Arnaldo Silva. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Fred Costa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2015.

Leandro Genaro, presidente – Professor Neivaldo – Doutor Jean Freire.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/10/2015

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da Comissão de Participação Popular; o deputado Rogério Correia, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a



debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico. Registra-se a presença do deputado Professor Neivaldo. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fabíola Paulino da Silva, subsecretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, representando Glênio Martins de Lima Mariano, secretário; e Silvana Nascimento, secretária adjunta de Estado de Turismo, representando Mário Henrique da Silva, secretário; o Ten. PM Rodrigo Alencar Lopes de Miranda e o Ten. BM Rafael de Figueiredo Barbosa, representando o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, chefe do gabinete Militar do Governador e coordenador Estadual de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais; Lucas Carneiro, superintendente de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando João Cruz Reis Filho, secretário; Leonardo Dias, subsecretário de Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, representando Miguel Corrêa da Silva Júnior, secretário; Rogério Bellini dos Santos, secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando Altamir de Araújo Rôso Filho, secretário; Nálton Sebastião Moreira Cruz, secretário adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário; e César Cristiano de Lima, subsecretário de Gestão da Estratégia Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário; que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 578/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a divulgação de dados questionáveis, conforme menciona, nas áreas de segurança, educação, Cidade Administrativa, gestão, cultura, inovação e saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 883/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG e à diretora-geral do IEF pedido de informações sobre o posicionamento dessas entidades em relação às alterações, realizadas no Plano Diretor do Município de Contagem, que causam impacto na Área de Preservação Ambiental Vargem das Flores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 897/2015, das Comissões de Prevenção e Combate às Drogas e de Segurança Pública e da Comissão Extraordinária das Mulheres, que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido das informações que menciona acerca das Recomendações nºs 5 e 6, de 2014, em especial sobre as datas de envio e de recebimento dessas recomendações pelas maternidades particulares de Belo Horizonte e o número de crianças nascidas nessas maternidades que foram encaminhadas para o acolhimento em abrigos a partir da edição das recomendações. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 933/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice e o número de ocorrências policiais dos últimos três anos que envolveram armas de fogo que já haviam sido apreendidas anteriormente pela Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 944/2015, das Comissões de Política Agropecuária e de Meio Ambiente, que solicitam seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações sobre a data para o pagamento do passivo existente nos recursos do Bolsa Verde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 945/2015, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Agrário pedido de informações sobre o *status* da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Familiar. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 997/2015, do deputado Tito Torres, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Transportes pedido de informações sobre os projetos paralisados, em licitação e a licitar, do programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.015/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a data de impressão e a quantidade de exemplares impressos da edição extra do *Minas Gerais* que está registrada eletronicamente com data de 27/3/2015; a relação dos destinatários da referida edição, com a data de encaminhamento e de recebimento dos exemplares, acompanhada de cópias dos documentos comprobatórios; a data, com detalhamento de dia, hora e minuto, da alteração de dados efetuada na página da internet do *Minas Gerais*, com a exclusão da menção à edição extra nos dados relativos ao dia 28/3/2015 e a inclusão nos dados relativos ao dia 27/3/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.029/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Programa Estadual de Câncer de Mama, esclarecendo os seguintes pontos: manutenção dos mamógrafos móveis e critério para definição das rotas; incentivo pago ao Centro de Alta Complexidade em Oncologia para assumir o tratamento imediato dos pacientes que apresentarem bi-rads 4, 5 e 6 após a realização da mamografia; e a manutenção do atual protocolo de rastreamento ao câncer da mama no que diz respeito à faixa etária de 40 a 69 anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.030/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a Política de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais no que concerne ao financiamento dessas estruturas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências. (Faixa Constitucional – Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 361/2015, do deputado Inácio Franco, que institui a Semana Estadual de Prevenção do Câncer da Próstata. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde, com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 265/2015, do deputado Inácio Franco, que proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender à população. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 919/2015, do deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.095/2015, do deputado Bráulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Dolores do Indaiá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.606/2015, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o terreno que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.618/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento da Gastronomia. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/11/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.566 a 2.570/2015, do deputado Cabo Júlio; e 3.046/2015, do deputado Noraldino Júnior.



Audiência pública para debater a revogação de contrato com a empresa que fornecia munição recarregável à Polícia Militar e, conseqüentemente, o memorando enviado aos batalhões suspendendo os eventos comemorativos e treinamentos dos policiais militares ainda não agendados.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.769 e 2.793 a 2.814/2015, da deputada Ione Pinheiro; 2.835 a 2.839/2015, do deputado Ivair Nogueira; 2.886/2015, do deputado Bráulio Braz; e 2.895 e 2.896/2015, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 609/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 1.908/2015, do deputado João Vítor Xavier; 2.070/2015, do deputado Ulysses Gomes; 2.591/2015, do deputado Fábio Cherem; 2.707/2015, do deputado Hely Tarquínio; 2.708/2015, do deputado Cristiano Silveira; 2.746/2015, do deputado Felipe Attiê; 2.758/2015, da deputada Rosângela Reis; e 2.768/2015, do deputado Ulysses Gomes.

Requerimentos nºs 2.772 a 2.776/2015, do deputado Noraldino Júnior; e 2.842/2015, do deputado Geraldo Pimenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.887/2015, do deputado Isauro Calais, e 2.906/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.673/2015, do deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.979/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.255/2015, do deputado Antônio Jorge; e 2.867/2015, do deputado Doutor Jean Freire.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 428/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 1.377/2015, do deputado Deiró Marra; 2.331/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.754/2015, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/11/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres de redação final.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 24/11/2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres, de



requerimentos e dos Requerimentos nºs 578/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a divulgação de dados questionáveis, conforme menciona, nas áreas de segurança, educação, Cidade Administrativa, gestão, cultura, inovação e saúde; 883/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG e à diretora-geral do IEF pedido de informações sobre o posicionamento dessas entidades em relação às alterações, realizadas no Plano Diretor do Município de Contagem, que causam impacto na Área de Preservação Ambiental Vargem das Flores; 897/2015, das Comissões de Prevenção e Combate às Drogas e de Segurança Pública e da Comissão Extraordinária das Mulheres, que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido das informações que menciona acerca das Recomendações nºs 5 e 6, de 2014, em especial sobre as datas de envio e de recebimento dessas recomendações pelas maternidades particulares de Belo Horizonte e o número de crianças nascidas nessas maternidades que foram encaminhadas para o acolhimento em abrigos a partir da edição das recomendações; 933/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice e o número de ocorrências policiais dos últimos três anos que envolveram armas de fogo que já haviam sido apreendidas anteriormente pela Polícia Civil; 944/2015, das Comissões de Política Agropecuária e de Meio Ambiente, que solicitam seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações sobre a data para o pagamento do passivo existente nos recursos do Bolsa Verde; 945/2015, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Agrário pedido de informações sobre o *status* da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Familiar; 997/2015, do deputado Tito Torres, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Transportes pedido de informações sobre os projetos paralisados, em licitação e a licitar, do programa Caminhos de Minas; 1.015/2015, do deputado Gustavo Corrêa, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a data de impressão e a quantidade de exemplares impressos da edição extra do Minas Gerais que está registrada eletronicamente com data de 27/3/2015; a relação dos destinatários da referida edição, com a data de encaminhamento e de recebimento dos exemplares, acompanhada de cópias dos documentos comprobatórios; a data, com detalhamento de dia, hora e minuto, da alteração de dados efetuada na página da internet do Minas Gerais, com a exclusão da menção à edição extra nos dados relativos ao dia 28/3/2015 e a inclusão nos dados relativos ao dia 27/3/2015; 1.029/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Programa Estadual de Câncer de Mama, esclarecendo os seguintes pontos: manutenção dos mamógrafos móveis e critério para definição das rotas; incentivo pago ao Centro de Alta Complexidade em Oncologia para assumir o tratamento imediato dos pacientes que apresentarem bi-rads 4, 5 e 6 após a realização da mamografia; e a manutenção do atual protocolo de rastreamento ao câncer da mama no que diz respeito à faixa etária de 40 a 69 anos; e 1.030/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a Política de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais no que concerne ao financiamento dessas estruturas; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 265/2015, do deputado Inácio Franco, que proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender à população; 361/2015, do deputado Inácio Franco, que institui a Semana Estadual de Prevenção do Câncer da Próstata; 919/2015, do deputado Paulo Guedes, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Janaúba o trecho rodoviário que especifica; 1.095/2015, do deputado Bráulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Dores do Indaiá o imóvel que especifica; 1.606/2015, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Visconde do Rio Branco o terreno que especifica; 1.618/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento da Gastronomia; 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica; e 2.946/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – Sisema – e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de novembro de 2015.



Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as demandas e dificuldades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Barragens na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Rogério Correia, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2015, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente.



TRANSCRIÇÃO

MATÉRIA JORNALÍSTICA TRANSCRITA NOS ANAIS EM ATENÇÃO A REQUERIMENTO DO DEPUTADO GIL PEREIRA PUBLICADO NO DIÁRIO DO LEGISLATIVO DE 21/5/2015

CRISE DE IDENTIDADE NO SETOR ELÉTRICO*

Diogo Mac Cord de Faria

Coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV/Faculdade IBS

R\$ 16 bilhões: esse foi o prejuízo acumulado da Eletrobras nos exercícios de 2012, 2013 e 2014. A razão mais clara para isso é que a empresa sofre até hoje uma crise de identidade, que começou no novo marco do setor elétrico, em 1995, e que piorou com as alterações de 2004. Afinal, quem ela é: poder concedente ou concessionária?

Por um lado, a Eletrobras parece que é concedente: a estatal administra para todo o setor elétrico, até hoje, encargos como o da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), além de ser a zeladora do Programa Luz para Todos. O Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou furo de mais de R\$ 30 bilhões em outro fundo, que deveria cuidar da Reserva Global de Reversão (RGR), mas cujo valor foi repassado às subsidiárias da empresa e desapareceram. Além disso, o Grupo Eletrobras foi utilizado de forma política para renovar as concessões de geração (garantindo uma redução no preço da energia), mesmo que essa decisão tenha ido contra todas as lógicas econômicas possíveis. Parece, então, que assumiu um papel de governo, admitindo operar usinas sem retorno financeiro adequado, para que o consumidor se beneficie do “papel social” que a estatal tem.

O problema é que, caso a empresa assuma esse “papel social”, estará definitivamente dando as costas aos investidores privados, que acreditaram no discurso de que a empresa seria administrada de forma profissional e orientada ao mercado.



Hoje, a União controla 51% das ações ordinárias do grupo, porém apenas 40,99% do capital social total. Isso significa que, na hora de passar o chapéu, o discurso foi um; na hora de honrar o compromisso assumido, o discurso foi outro.

Na luta para parecer uma concessionária como as outras, a Eletrobras tem participado de leilões de energia nova e de linhas de transmissão (muitas atrasadas, diga-se de passagem). Por outro lado, manter distribuidoras deficitárias sob seu guarda-chuva demonstra, novamente, o descompromisso com o lucro.

Então, na melhor dúvida shakespeariana, ser ou não ser concedente vai dizer se a empresa quer ou não quer ter lucro. E, a partir do momento em que a decisão for ser concedente (e não concessionária), a Eletrobras deverá focar apenas na operação das usinas que chegaram ao fim de sua concessão, fechando seu capital (com consequente devolução ao investidor do seu dinheiro) e parar de concorrer em novas licitações contra empresas privadas, já que, naturalmente, ela concorrerá com taxas de retorno nulas ou até negativas. E se, em um primeiro momento, isso parece bom – já que o consumidor poderia se beneficiar de tarifas mais baixas – no longo prazo isso é destruidor para o setor.

Afinal, tal atitude afugentará os investidores privados e o capital internacional de longo prazo, que após perceber a tendência monopolista de “ganharemos a qualquer custo” da empresa, buscarão outros países para investir. E, quando acabar o dinheiro público para subsidiar obras com margens negativas (ou seja, quando o “realismo tarifário” for necessário), não haverá empresas para assumir a expansão do setor elétrico.

É importante observar que outras empresas de capital misto e controladas pelo poder público, como Copel e Cemig, são bem administradas. A diferença entre elas e a Eletrobras é que elas não pertencem ao poder concedente, e por isso não há conflito de interesse em sua gestão. Itamar Franco, em 1999, ameaçou explodir a represa de Furnas (hoje uma das subsidiárias do grupo Eletrobras) caso a empresa fosse privatizada pelo então presidente Fernando Henrique, mandando 2,5 mil soldados da Polícia Militar para a usina. Talvez esse tivesse sido um fim mais romântico a uma empresa que tanto fez pelo país, mas que hoje sofre com uma gestão populista, que já derreteu o valor de mercado da empresa em quase 70% desde 2012.

* – Publicado no jornal *Estado de Minas* de 24/4/2015.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/11/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 21/11/2015, que nomeou Jose Joaquim Afonso, padrão VL-45, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses;

exonerando Gisele Aparecida Mendes, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Silvio Domingos Mapa, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Wellington Rodrigo Aguilar, padrão VL-37, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 85/2015****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 165/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/12/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição, com instalação e configuração, de ilhas de edição não linear para pós-produção de vídeo (alta performance).

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 86/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Pontual Assessoria Empresarial Ltda. Objeto: contratação emergencial de serviços de atendimento telefônico, *telemarketing* ativo e receptivo. Vigência: seis meses a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2015

Primeira Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo Conveniente: Estado de Minas Gerais. Terceiro Conveniente: Município de Ourém (Portugal). Objeto: cooperação técnica entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Ourém, Distrito de Santarém, Portugal, com vistas à integração cultural, acadêmica, turística, econômica e desportiva, por meio do estabelecimento de agendas para a formulação e implementação de políticas públicas e a troca de experiências em planejamento, gestão e execução de programas de fomento social e econômico. Vigência: 12 meses contados a partir da data da assinatura, permitida a prorrogação mediante aditamento. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****MANIFESTAÇÕES**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/11/2015, na pág. 423, sob o título “Manifestações”, no resumo da manifestação decorrente da aprovação do Requerimento nº 2.752/2015, onde se lê:

“da Comissão de Participação Popular”, leia-se:

“do deputado Inácio Franco”.